

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PLANEJAMENTO ANUAL
Secretaria Federal de Controle Interno
2023

Revisão
Junho • 2023

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 02, Lotes 530 a 560
Edifício Sohestre - Brasília - DF / CEP: 70610-420
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Secretária-Executiva

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da União

ANA TÚLIA MACEDO

Secretária Nacional de Acesso à Informação

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA

Ouvidora-Geral da União

IZABELA MOREIRA CORREA

Secretária de Integridade Pública

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

EQUIPE TÉCNICA:

Ana Leôni Vieira Mota

Alexandre Ferreira de Macedo

Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues

Ralf Araújo Ruas

Tiago Chaves Oliveira

Obra atualizada até outubro de 2023

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU

Grafismo da capa baseado em: <https://www.freepik.com>

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Copyright © 2023 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

- 1. Introdução 4
- 2. Princípios norteadores do planejamento de 2023 5
- 3. Estrutura setorial do Plano Anual 7
 - 3.1. Social 10
 - 3.2. Políticas Econômicas e de Desenvolvimento 12
 - 3.3. Infraestrutura 13
 - 3.4. Governança e Gestão 15
 - 3.5. Empresas Estatais 16
 - 3.6. Enfrentamento da Corrupção 17
- 4. Eixos transversais do Plano Anual 18
 - 4.1. Melhoria do Ambiente de Negócios 18
 - 4.2. Agenda Verde..... 18
 - 4.3. Transformação Digital 19
 - 4.4. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) 19
- 5. Cronograma e alocação da força de trabalho 21
- 6. Capacitação e gestão e melhoria da qualidade 24

1. Introdução

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável pela defesa do patrimônio público e pelo incremento da transparência na gestão, por meio de ações de auditoria pública, de correição, de ouvidoria e de prevenção e combate à corrupção.

A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) é a unidade da CGU responsável pela auditoria interna governamental no Poder Executivo Federal, pela supervisão técnica sobre o Sistema de Controle Interno (SCI), previsto na Lei n. 10.180/2001. Em articulação com as diretorias e coordenações-gerais da SFC, as Controladorias Regionais nos Estados planejam e realizam atividades de auditoria interna governamental nos 26 estados da Federação e colaboram de forma determinante para a consecução deste plano.

Neste documento a CGU, por meio da SFC, direciona e estabelece o foco dos seus esforços no exercício da atividade de auditoria interna do Poder Executivo Federal no ano de 2023. Esta versão representa a revisão do plano, considerando as estratégias e prioridades do novo governo.

Na sequência desta introdução, este plano apresenta cinco seções. No início, são apresentados os aspectos metodológicos e os princípios que nortearam o processo de elaboração. A visão geral do plano vem na sequência, subdividida na estrutura setorial que respeita a composição dos ministérios e outra estrutura relacionada com as agendas e assuntos transversais do Governo. A quinta parte contempla o cronograma e a alocação da força de trabalho. Ao final, a capacitação e as atividades de gestão e melhoria da qualidade.

2. Princípios norteadores do planejamento de 2023

Este Plano segue a composição e diretrizes definidas na [Instrução Normativa \(IN\) SFC n. 05/2021](#).

As atividades ordinárias de planejamento das ações de 2023 foram desenvolvidas em 2022, pela captação de objetos de auditoria entendidos como prioritários pela SFC e pelas Controladorias Regionais da União nos Estados. Em seguida, ocorreram discussões visando a definição de possíveis abordagens para, enfim, se promover a hierarquização dos temas de maior relevância.



Contudo, ainda que o plano definido no final do exercício apresentasse consistência e fundamentos importantes para cumprir a função de instrumento orientador do processo de trabalho, entendeu-se que, em razão das novas diretrizes do Governo, seriam necessários ajustes. Para tanto, novas rodadas de discussões internas foram conduzidas e, em seguida, as coordenações-gerais e as diretorias da SFC promoveram reuniões com os dirigentes dos ministérios visando apresentar o plano e identificar possíveis temas não contemplados na versão original.

Todo esforço voltou-se para a definição de trabalhos que possam gerar impactos positivos sobre a gestão pública e a sociedade a partir de avaliações e recomendações eficientes e oportunas. Por isso, o **diálogo com os novos gestores** contribuiu para o alinhamento das prioridades da SFC/CGU com as diretrizes e estratégias do Governo 2023-2026.

Assim como na fase inicial do planejamento, durante o processo de revisão do Plano, as Controladorias Regionais foram acionadas com vistas a se obter as adaptações necessárias vis-à-vis ao contexto regional e à capacidade operacional local e assim garantir a eficiente alocação dos recursos humanos diante das prioridades identificadas.

O foco na **avaliação dos programas de governo** foi a premissa norteadora de todo o processo de revisão do planejamento, sobretudo porque considerou a nova estrutura governamental estabelecida a partir de janeiro de 2023.

Tendo em vista a amplitude e a heterogeneidade da nova composição ministerial, foram estabelecidos novos desafios à Secretaria e às Regionais da CGU, de modo que foram necessárias adaptações na estrutura organizacional para compatibilizá-la ao contexto mais complexo e diverso. Uma das principais iniciativas desenvolvidas no início de 2023 foi a definição de novas **unidades especializadas**, divisões das coordenações-gerais de auditoria da SFC com especialidades espe-

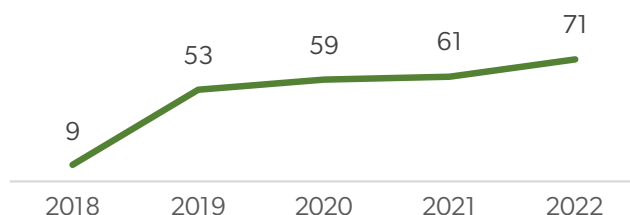
cíficas. A partir do corpo de servidores existente em toda a Casa, buscou-se identificar reforços às unidades especializadas para fortalecer as avaliações de áreas governamentais até então sem tanto destaque, como por exemplo, Cultura, Portos e Aeroportos e Povos Indígenas.

Outro aspecto relevante foi o retorno da coordenação das operações especiais à SFC, para permitir maior integração da atividade com as auditorias regulares e com o trabalho das outras secretarias da CGU. Sem prejuízo de prosseguir as parcerias com os demais órgãos de defesa do Estado (Polícia Federal, Ministério Público, dentre outros), foram e estão sendo desenvolvidos projetos para se obter maior eficiência na adoção de medidas administrativas de **combate à corrupção** dentro das competências regimentais da CGU.

Considerando que o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos foi uma das iniciativas mais marcantes da história da CGU, neste ano foi desenvolvido projeto específico para a retomada do programa. Denominado de **CGU Presente – Programa de Avaliação Colaborativa por Sorteio**, seu objetivo é reformular as atividades de modo a ampliar a participação dos cidadãos e dos próprios gestores na fiscalização e no aprimoramento das políticas públicas. Para este exercício, está prevista a realização de avaliação piloto a fim de permitir o aprimoramento necessário antes do lançamento oficial do programa no próximo exercício.

Conforme mencionado, o objetivo dos trabalhos de auditoria interna é gerar impactos positivos sobre a gestão pública e a sociedade, chamados de **benefícios**. Esses benefícios ocorrem a partir da implementação, pelos gestores públicos, de recomendações emitidas pelas equipes da CGU. É, portanto, um esforço de parceria entre gestores e auditores.

Desde 2012 a CGU registra e contabiliza os benefícios em termos financeiros e não financeiros. A ilustração demonstra a evolução na quantidade anual de registros de benefícios de alto impacto¹ na administração pública e na sociedade nos últimos anos. Destaca-se o papel protagonista assumido pelos benefícios não financeiros nesse período.



Em junho de 2023, estão em processo de aprovação um total de **106 benefícios de alto impacto**, sendo 18 financeiros e 88 não financeiros, contemplando implementações de recomendações ocorridas de 2018 a 2023. Assim, caso esses benefícios sejam aprovados pelo processo de supervisão, comporão os registros de valores públicos entregues pela CGU, alcançando um patamar mais elevado que nos últimos cinco anos.

1. Valores financeiros superiores a R\$ 50 milhões ou benefícios não financeiros que tratem sobre a estratégia das organizações e sejam direcionadas à alta administração ou que tenham repercussão em mais de uma instituição.

3. Estrutura setorial do Plano Anual

As ações realizadas pela CGU incluem as auditorias priorizadas em função da criticidade, da relevância e da materialidade, como as avaliações das políticas públicas mais relevantes. Incluem também ações derivadas de obrigações legais, como por exemplo as auditorias anuais de contas, e outras atividades inerentes aos órgãos do SCI.



Neste plano, em função dos ajustes realizados durante o exercício de 2023, as ações englobam novos projetos, projetos que estão em fase de execução e de conclusão e outras ações, conforme ilustração.

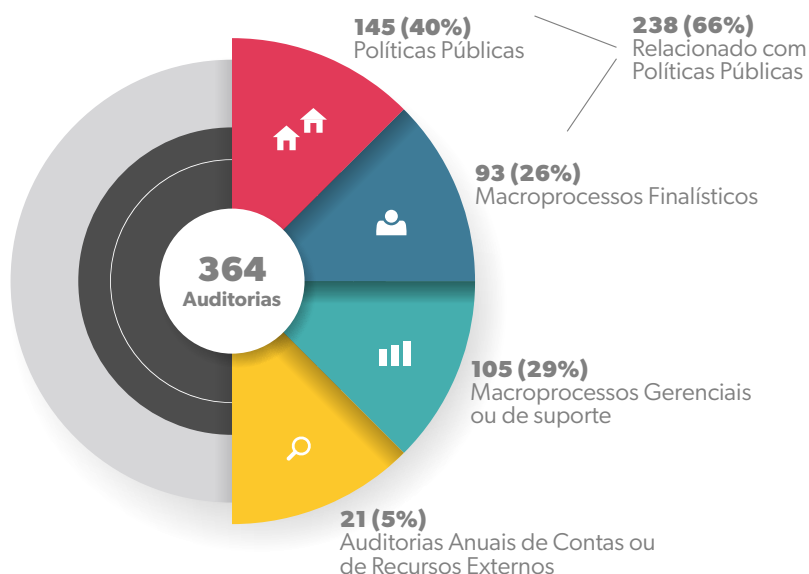
As outras ações estão relacionadas com apurações, supervisão técnica sobre o SCI, tomadas de contas especial, análise de atos de pessoal, relatórios de gestão fiscal, avaliações de novações de dívidas do fundo de compensação de variações salariais, elaboração da prestação de contas do presidente da república, auditoria de recursos externos e cooperação técnica internacional e análises de alertas do robô Alice.

Cabe destacar que, durante a revisão, foram inseridos 196 trabalhos focados nas prioridades do novo governo, assim como excluídas 118 ações anteriormente previstas, considerando as estratégias atuais da nova gestão. Nestes primeiros meses de execução do plano, foram concluídos 179 trabalhos que agregam valor aos gestores públicos federais, demonstrando que, apesar de o processo de planejamento estar sendo revisado, a SFC manteve o compromisso de entregas de impactos positivos sobre a gestão pública e a sociedade.

As auditorias (avaliações e consultorias) a serem realizadas durante o ano podem ter o seu objeto de análise classificado conforme ilustrado a seguir.

Registra-se que, além das avaliações de aspectos de políticas públicas, as avaliações de macroprocessos finalísticos de entidades públicas podem ser relacionadas com Programas do Plano Plurianual (PPA) ao qual a instituição está relacionada.

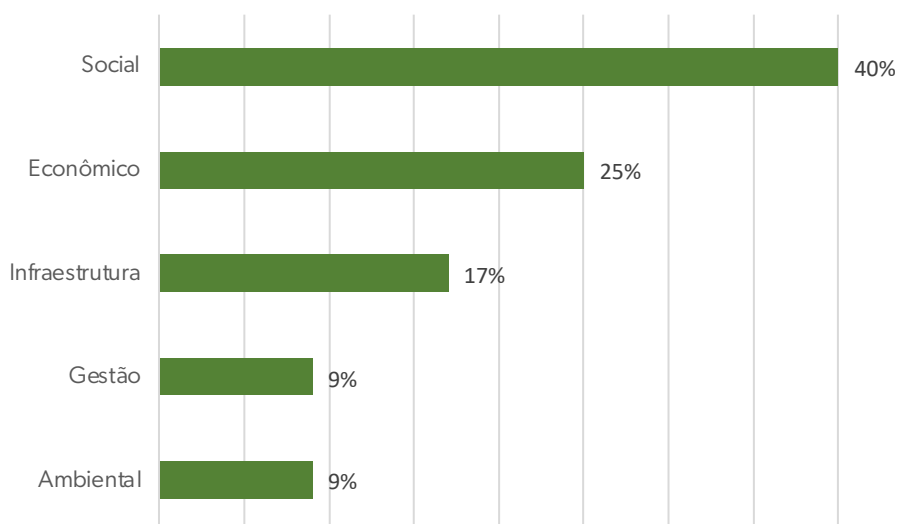
AUDITORIAS A SEREM REALIZADAS EM 2023 PELA CGU POR TIPO DE OBJETO



Nesse sentido, observa-se que, conforme premissa estabelecida, 66% dos trabalhos previstos são relacionados, direta ou indiretamente, com políticas públicas.

As 238 auditorias previstas sobre aspectos afetos a políticas públicas estão direcionadas a 44 diferentes Programas do PPA 2020-2023. Esses trabalhos são direcionados a programas dos eixos do PPA representados na figura.

POLÍTICAS AUDITADAS POR EIXO DO PPA 2020-2023



Os programas do PPA que contam com a maior quantidade de trabalhos de auditoria são relacionados na tabela a seguir.

Observa-se que quatro programas envolvem mais de 15 projetos cada, alcançando 77 no total. Já os primeiros 18 programas representam 75% do total de projetos, ou seja, 183 de 238 projetos. Os 26 programas restantes, que representam 59% do total de programas, estão distribuídos por 55 projetos e, portanto, 23% do conjunto total de 238.

TABELA 1 • PROGRAMAS DO PPA 2020-2023 MAIS AVALIADOS NO PAINT 2023

PROGRAMA	QTD. AUDITÓRIAS
2214 - Nova Previdência	24
5011 - Educação Básica de Qualidade	20
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	17
3006 - Transporte Terrestre e Trânsito	16
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15
1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	14
5021 - Gestão e Organização do SUS	9
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	9
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	7
1031 - Agropecuária Sustentável	7
5035 - Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas	7
3003 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	6
2215 - Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	6
3001 - Energia Elétrica	6
0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	5
5017 - Assistência Farmacêutica no SUS	5
5025 - Cultura	5
0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	5
2209 - Brasil, Nosso Propósito;5018 - Atenção Especializada à Saúde;5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento;5026 - Esporte;2201 - Brasil Moderniza	4 em cada programa (20)
Outros 21 Programas	35
TOTAL GERAL	238

Do conjunto de avaliações e consultorias que serão realizadas durante o ano, a seguir serão destacadas aquelas de maior impacto e que possuem a maior possibilidade de gerarem impactos positivos sobre as políticas públicas.

3.1. Social

No total, serão realizados **156 novos trabalhos** abordando 21 diferentes programas do PPA, nesse eixo. Na sequência são destacados alguns dos trabalhos estruturantes em cada assunto.

Os trabalhos no eixo **social** têm como foco avaliar se as políticas públicas estão sendo executadas para **reduzir desigualdades** e propiciar o **desenvolvimento econômico e social da população**.



Educação

- Coordenação da **Política Nacional de Educação Básica**
- Processo do **Censo Escolar**
- Eficiência e Eficácia de **Cursos de Graduação** na Rede Federal
- Implementação do Catálogo de **Cursos Técnicos Profissionais** de Nível Médio pelas ofertantes públicas e privadas
- **Políticas afirmativas** nas Instituições Federais de Ensino Superior

Saúde

- Crise sanitária no território Yanomami
- Processo de gestão de **insumos estratégicos para a saúde**
- Gestão de Serviços de Saúde por **Organizações Sociais**
- Atenção de **média e alta complexidade** no SUS
- Governança e enfrentamento de **emergências sanitárias** sob a perspectiva da **resposta governamental** à Pandemia de Covid-19

Serviços relacionados com a previdência

- Emissão de **Certidão de Tempo de Contribuição** e **averbação de tempo de serviço**.
- Processo de **prova de vida** no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
- **Análise automática de benefícios pelo INSS**
- **Consignações realizadas na folha de pagamentos do INSS**

Desenvolvimento e Assistência Social

- Atualização de informações no **Cadastro Único**
- Condicionalidades do **Programa Bolsa Família**
- **Empréstimos consignados do Programa Auxílio Brasil**

Cultura

- Lei **Aldir Blanc 2**
- Lei **Paulo Gustavo**

Mulheres

- Plano Nacional de **Enfrentamento ao Feminicídio**

Povos indígenas

- Atuação da Funai na **Fiscalização dos Territórios Indígenas**
- Atuação do Governo em relação à **Saúde Indígena**

Igualdade Racial

- Processo de regularização fundiária de territórios quilombolas

Direitos Humanos e Cidadania

- Política Nacional para a **População em Situação de Rua**

Esporte

- Lei de **Incentivo ao Esporte**
- Esporte como Política Transversal
- Sistemática de repasse de recursos e **acompanhamento e financiamento do Esporte**
- Estruturação das **Redes de Desenvolvimento Local** do Esporte

Justiça e Segurança Pública

- Política de fomento ao trabalho nas **penitenciárias**
- Política de controle de **armas**
- Política de Fortalecimento do **Sistema Único de Segurança Pública**

Trabalho e Emprego

- Seguro-Desemprego

3.2. Políticas Econômicas e de Desenvolvimento

No total, serão realizados **30 novos trabalhos** abordando 7 diferentes programas do PPA, nesse eixo. Na sequência são destacados alguns dos trabalhos estruturantes em cada assunto.

Os trabalhos no eixo **econômico** têm como foco apoiar e avaliar políticas e instrumentos de **desenvolvimento econômico**, eficiência da **arrecadação** e da **execução orçamentária e financeira**, monitorar o **arranjo fiscal** brasileiro visando contribuir com o **crescimento sustentável** do país e antecipar eventuais comprometimentos da capacidade estatal de honrar compromissos.



Sustentabilidade orçamentária e responsabilidade fiscal

- Sustentabilidade da **dívida pública**
- **Gestão orçamentária** na União
- Garantia do **Crédito Tributário**
- Negociação do **passivo tributário**

Abastecimento e desenvolvimento econômico

- **Cadastro Ambiental Rural**
- **Processo de Aquisição** do Governo Federal pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
- **Processo sancionador** da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- **Assentamentos da Reforma Agrária**
- Gestão e execução do **Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil**

3.3. Infraestrutura

No total, serão realizados **79 novos trabalhos** abordando 22 diferentes programas do PPA, nesse eixo. Na sequência são destacados alguns dos trabalhos estruturantes em cada assunto.

Os trabalhos do eixo **infraestrutura** têm o objetivo de avaliar **a priorização, o desenho, a governança, a regulação, os meios de financiamento e a implementação** das políticas públicas, dos serviços públicos e dos novos investimentos referentes à **infraestrutura nacional**, bem como a observância das **políticas ambientais**.



Segurança energética

- **Monitoramento do abastecimento de combustíveis** no Brasil
- Planejamento e acesso à **infraestruturas essenciais de combustíveis**
- Política de **desoneração do biodiesel**
- Impactos das demandas de **uso múltiplo da água** no planejamento e na programação da operação do setor elétrico

Exploração mineral

- Regularidade das **outorgas de títulos minerários**
- Possíveis irregularidades na atividade de mineração e **possíveis prejuízos em royalties** para o Estado
- Deficiências na regulamentação da **Permissão de Lavra Garimpeira** e avaliação sobre a identificação e fiscalização de **lavra garimpeira ilegal**

Infraestrutura de recursos hídricos

- Gestão do processo de apoio à implantação de **infraestruturas hídricas estruturantes**

Capacidades institucionais para a regulação no Brasil

- Reguladores federais

Saneamento básico

- Assessoramento à **Agência Nacional de Águas** no aprimoramento da **qualidade regulatória** das Entidades Reguladoras Infranacionais no setor de saneamento básico
- Gestão dos **projetos de investimento** considerados como prioritários na área de infraestrutura para o setor de **saneamento básico** com emissão de **debêntures incentivadas**
- Gestão para alcance das **metas de universalização** dos serviços de **esgotamento sanitário**

Proteção ao Meio Ambiente

- Participação, a convite do TCU, na construção da ferramenta *Climate Scanner*, que será utilizada por instituições de controle de diversos países para avaliar as ações adotadas pelos governos nacionais em relação às mudanças climáticas
- **Governança organizacional** do IBAMA
- Contratos de concessão de serviços de apoio e uso público de **Unidades de Conservação Federais**

Transportes rodoviário e ferroviário

- **Política de Modernização da Infraestrutura Federal de Transporte Rodoviário**
- **Eficiência orçamentária e contratual** do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT)
- Execução dos contratos de **concessão de rodovias**
- **Licenciamento ambiental** de grandes obras e da manutenção rodoviária.
- **Autorizações ferroviárias**

Acompanhamento das obras estruturantes no país

- **Qualidade dos pavimentos asfálticos**
- Financiamento para **mobilidade urbana**
- Resultados do uso do **Regime Diferenciado de Contratações (RDC) integrada**, após 10 anos de uso

Políticas de incentivo a CT&I e telecomunicações

- Diagnóstico sobre as **políticas de gasto tributário** em CT&I.
- **Instrumentos de fomento** à CT&I.
- Acompanhamento do **sistema nacional de CT&I**.
- **Política Nuclear**
- Programa Conecta Brasil, com foco em inclusão digital

Transporte aquaviário

- Efetividade do acompanhamento dos **investimentos em arrendamentos portuários**
- **Planejamento e exploração de áreas portuárias**
- **Fundo da Marinha Mercante**

Prevenção a desastres

- Governança da política e da eficácia de obras de **prevenção de desastres**

3.4. Governança e Gestão

No total, serão realizados **47 novos trabalhos** abordando 9 diferentes programas do PPA, nesse eixo. Na sequência são destacados alguns dos trabalhos estruturantes em cada assunto.

Os trabalhos no eixo **Governança e Gestão** têm como foco avaliar programas e projetos centralizados, para assegurar a sua eficiência e sustentabilidade.



Aperfeiçoamento das compras públicas

- Proposição de novo modelo de contratações de **terceirização** no Governo Federal
- Maturidade da **governança das aquisições** do Governo

Aperfeiçoamento das transferências da União a outros entes

- **Restos a pagar** nas Transferências Voluntárias
- Políticas públicas executadas por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (**OSCIP**)

Aperfeiçoamento do uso do patrimônio da União

- Identificação de **imóveis ociosos ou embaraçados**
- Identificação e proposição de correções sobre a subutilização de imóveis da União por órgãos da Administração Pública Federal
- Otimização do **processo de destinação** de imóveis a estados e municípios

Pessoal

- Acúmulos de benefícios previdenciários
- Pagamento de gratificações de desempenho na Administração Pública Federal

Tecnologia da Informação e Governo Digital

- Login Único
- Segurança da Informação

Sistema S

- Programa de Aprendizagem Profissional
- Serviço Social do Comércio e da Indústria

Desburocratização e Inovação

- Melhoria da Empregabilidade - Sistema Nacional de Emprego
- Institutos Federais de Ensino Superior

3.5. Empresas Estatais

No total, serão realizados **52 novos trabalhos** abordando 12 diferentes programas do PPA, nesse eixo. Na sequência, são destacados alguns dos trabalhos estruturantes em cada assunto.

Os trabalhos no eixo **Empresas Estatais** têm como foco apoiar os órgãos governamentais enquanto "auditor do controlador" e avaliar a participação das estatais na execução de políticas públicas.



Governança e gestão

- Adequação das empresas estatais à **Lei Geral de Proteção de Dados**
- Controles sobre **veículos e máquinas adquiridos para uso e doação** na Codevasf
- Governança e **Gestão Atuarial** e da **Política de Investimentos** da FUNPRESP-EXE
- **Maturidade das auditorias internas** das empresas estatais
- Economicidade dos **benefícios de assistência médica** ofertados pelas empresas estatais dependentes
- Política de **Gerenciamento de Capital** do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia

Execução de políticas públicas pelas Estatais

- **Consignações** do Programa Auxílio Brasil (PAB)
- Alternativas para a **política nacional de combustíveis**
- Desenho, da governança, da implementação e do impacto do **Programa de Financiamento às Exportações** (Proex)
- **Gestão de microcrédito orientado** pelo Banco da Amazônia
- Implantação da infraestrutura e transferência de tecnologia das **fábricas de hemoderivados e recombinantes**

Contratações estruturantes

- **Contratos de arrendamento** das Companhias Docas Federais
- Nova sistemática de **contração de Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO)** pela Petrobras
- **Contratações de bens e serviços** pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - **TBG** e da Petrobras Logística de Exploração e produção S.A. - **PB-LOG**
- Aquisição de **órteses, próteses e materiais especiais** (OPME) nos hospitais da rede EBSEH.

3.6. Enfrentamento da Corrupção

Em complemento e em articulação com as agendas setoriais, compõe a estrutura da SFC e das Regionais da CGU à atividade de enfrentamento da corrupção por meio de investigações realizadas de forma conjunta com os órgãos de Defesa do Estado, notadamente com a Polícia Federal nas conhecidas Operações Especiais.

Estas atividades, no âmbito da CGU, são apurações administrativas, de natureza sigilosa, em relação a situações de suspeita de infração penal ou de atos contra a administração pública na utilização de recursos públicos federais, com reflexos nas esferas administrativa, civil e criminal, que demandam atuação conjunta com a Polícia Judiciária, o Ministério Público, outros órgãos de defesa do Estado ou, internamente, com as demais Secretarias da Controladoria-Geral da União.

O trabalho derivado de uma Operação Especial não se encerra em sua deflagração e detecção. Identificadas as fraudes, a CGU atua na busca dos esclarecimentos e providências junto aos gestores federais, sejam elas de melhorias nos controles internos do próprio gestor, sejam de apuração de responsabilidades, a fim de ressarcir ao erário os recursos não aplicados nas finalidades inicialmente previstas. Inclusive, se for o caso, exigirá a instauração, pelo gestor, de processos de tomada de contas especial (TCE). Em 2023, há previsão de realização de 40 operações especiais.

Ademais, estão sendo desenvolvidos dois projetos, o Efetividade e o Retroalimentação, que visam a melhoria dos processos internos e o melhor endereçamento às partes interessadas dos resultados das operações especiais.

O Projeto Efetividade tem como objetivo identificar o padrão probatório que propicie maior efetividade em um Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) ou em um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em condutas ilícitas administrativas. A equipe do projeto conta com a participação de servidores da área de Operações Especiais, Secretaria de Integridade Privada e Corregedoria-Geral da União.

O Projeto Retroalimentação tem como intuito colaborar na identificação e catalogação de padrões, tipologias e *modus operandi* na operacionalização das fraudes ocorridas nas políticas públicas, com vista a propor melhorias estruturantes na identificação das principais causas dos problemas, encaminhando aos órgãos responsáveis pelas políticas. Está em fase de piloto no Programa de Transporte Escolar (PNATE), com a análise dos resultados nos últimos 5 anos em operações especiais. Esta é a primeira etapa do projeto que será ampliado para as demais políticas públicas abarcadas por operações especiais.

4. Eixos transversais do Plano Anual

Os trabalhos realizados pela CGU, na medida do possível, estão vinculados a determinados eixos transversais que extrapolam a estrutura ministerial e setorial, sendo consideradas no âmbito deste plano como agendas transversais e prioritárias do Governo. A seguir são relacionados alguns dos trabalhos que contribuem para essas ações.

4.1. Melhoria do Ambiente de Negócios

A melhoria do ambiente de negócios no país passa pelo aprimoramento do sistema tributário, reforço do marco regulatório (para aumentar a concorrência), facilitação de entrada no mercado, estímulo ao apetite ao risco do empreendedor, redução do *rent-seeking*², redução dos custos de conformidade regulatória para o setor privado, eficiência do Estado (controle da corrupção, qualidade da regulação e abertura de dados governamentais), segurança jurídica e diminuição da burocracia. Esses são os aspectos que serão avaliados no seguinte conjunto de trabalhos:

Avaliação do Processo Sancionador da CVM

Avaliação dos controles da importação/exportação da Administração Aduaneira

Avaliação dos instrumentos de negociação do passivo tributário

Avaliação da governança e atuação do Governo sobre a Garantia do Crédito Tributário

Avaliação sobre a regularidade na outorga de títulos minerários pela Agência Nacional de Mineração

Avaliação sobre a regulamentação e fiscalização das outorgas de Permissão de Lavra Garimpeira

Avaliação da modelagem das contratações de terceirização

Governança das Aquisições

Análise de Impacto Regulatório na Administração Pública Federal

Programa de avaliação das entidades reguladoras infranacionais

Sandbox Regulatório nas Agências Reguladoras Federais de Infraestrutura

Avaliação do Seguro Desemprego

Avaliação do Programa Conecta Brasil

Programa de Aprendizagem Profissional do SENAC versus Política de educação profissional e tecnológica do MEC.

4.2. Agenda Verde

O tema da sustentabilidade ambiental está presente na agenda de diversos ministérios, em especial no Ministério do Meio ambiente. Nesta seção serão listados os objetos de auditorias relacionadas ao assunto com vistas a exemplificar a abrangência e pertinência da atuação da SFC sobre o tema. Esta agenda tende a crescer no próximo exercício na medida em que forem apresentados os projetos que comporão ao já anunciado Plano de Transição Ecológica, instrumento coordenado pelo Ministério da Fazenda com vistas a propiciar o desenvolvimento inclusivo e sustentável, para lidar com a crise climática, considerando a situação do clima no planeta e os impactos principalmente na população mais pobre.

2. Na economia, *rent-seeking* ou busca de renda é uma tentativa de obter renda econômica pela manipulação do ambiente social ou político em vez de agregar valor aos produtos. Atualmente o *rent-seeking* foca na captura do regulador, ou seja, na exploração pelo agente público dos privilégios de monopólio decorrentes da regulação governamental da concorrência.

Com relação às ações dessa agenda, destacam-se os seguintes trabalhos da CGU em 2023:

- Avaliação do Processo de Concessão Florestal
- Avaliação do Licenciamento Ambiental de Grandes Obras do DNIT
- Avaliação do Programa Nacional de Bioinsumos
- Avaliação sobre as premissas para integração do setor do gás natural com o setor elétrico
- Avaliação sobre a regularidade na outorga de títulos minerários pela ANM;
- Atividades de descomissionamento de instalações e equipamentos das unidades de mineração das Indústrias Nucleares do Brasil
- Avaliação sobre a atuação da ANP nos processos de regulamentação e acompanhamento de acessos a infraestruturas essenciais nos mercados de refino e gás natural
- Avaliação sobre a regulamentação e fiscalização das outorgas de Permissão de Lavra Garimpeira
- Isenção de PIS/Cofins sobre gás natural e carvão para geração de energia termoeletrica
- Exploração de áreas portuárias
- Avaliação da gestão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- Obras de Prevenção de Desastres (Cheias, drenagem e encostas)

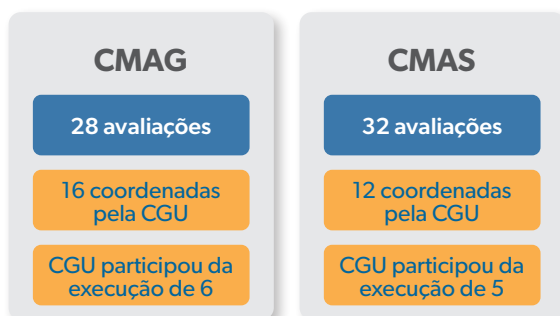
4.3. Transformação Digital

A implementação da transformação digital no âmbito governamental implica em proporcionar um serviço público de alto padrão, economizando significativamente o tempo e os recursos financeiros e simplificando a vida dos cidadãos. Relacionados com essa agenda, destacam-se os seguintes trabalhos:

- Consultoria para contribuições à Estratégia de Governo Digital (EGD) 2024-2027
- Avaliação da plataforma do Login único Gov.br (trabalho dividido em 2 etapas)
- Avaliação das redes de comunicação de dados do governo federal
- Avaliação sobre a gestão e segurança dos serviços de computação em nuvem
- Avaliação da segurança da informação e LGPD no Serpro e Dataprev
- Avaliação do Programa Conecta Brasil

4.4. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP)

Além dos projetos já incluídos no presente Plano, registra-se que a CGU é uma das principais instituições avaliadoras de políticas públicas no âmbito do CMAP. Nos últimos anos, a CGU participou de 60 avaliações, sendo 28 no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos (CMAG) e 32 no Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União (CMAS), conforme ilustrado.



Em 2023, o Decreto n. 11.558 promoveu reestruturação do Conselho com impactos sobre o cronograma de atividades, adiando a definição dos órgãos que participarão e coordenarão as avaliações. De toda forma, o presente ciclo prevê os seguintes temas:

Gestão de riscos e desastres (gasto direto)

Mudança do clima (gasto direto e subsídio)

Proteção jurídica da união (gasto direto)

Conecta Brasil (gasto direto)

Prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios nos biomas (gasto direto)

Cooperação com o desenvolvimento Nacional (gasto direto)

Garantia da estabilidade monetária e financeira (Creditício)

Energia elétrica (tributário)

Esporte (tributário)

5. Cronograma e alocação da força de trabalho

Durante o ano, os diversos projetos serão executados conforme seus cronogramas individuais, no entanto, alguns tipos de trabalhos possuem cronogramas regidos por normativos próprios.



Em geral a dinâmica das entregas e dos esforços, se dá conforme ilustrado. O cronograma engloba tanto os projetos novos anteriormente apresentados como as outras atividades previstas ou já realizadas neste ano de 2023.

A atividade de auditoria interna governamental exercida pela CGU conta com o seguinte conjunto de servidores.

QUANTIDADE DE SERVIDORES QUE ATUAM COM A AIG NA CGU



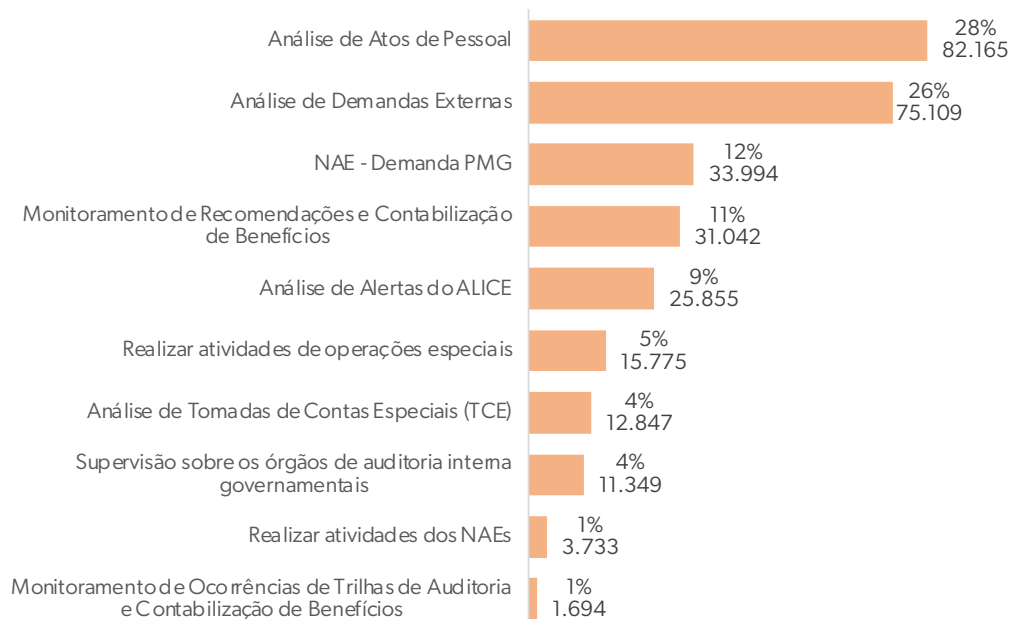
Em 2023, considerando o pessoal alocado na SFC e nas atividades de Controle Interno no âmbito regional³, estão disponíveis 1.999.200 horas às atividades constantes deste plano. O e-Aud registra um total de 826.257 horas alocadas para a execução dos projetos e atividades continuadas já planejados. O valor representa 46% das horas disponíveis. A diferença entre os valores corresponde à reserva de contingência e ao direcionamento de esforços a trabalhos que serão definidos no decorrer do ano.

HOMEM HORA DISPONÍVEL



A consolidação da alocação de horas em projetos foi ilustrada acima. Em relação às atividades continuadas afetas às atividades da AIG, concentra-se 76% das horas alocadas nos seguintes quatro tipos de ação: análise de atos de pessoal, análise de demandas externas, Programa de Monitoramento de Gastos (PMG) realizado pelos Núcleos de Ações Especiais (NAE) nas Controladorias Regionais nos Estados e Monitoramento de Recomendações e Contabilização de Benefícios. O cenário geral é ilustrado a seguir:

HH ALOCADO NAS ATIVIDADES CONTINUADA

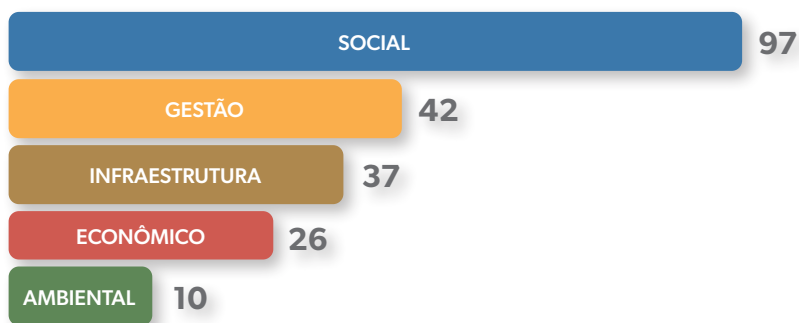


3. Valor estabelecido com base no quantitativo de pessoal registrado nos sistemas da CGU: 526 pessoas na SFC, 578 nos NAC e 120 nos NAE, menos 35 servidores em cargos de chefia na SFC. Foram consideradas 1.680 horas por pessoa por ano. O valor desconsidera 5 semanas de férias, 15 dias de feriados e 80 horas de possíveis ausências justificadas. Data do levantamento: 6/2/2023.

Além dos novos projetos, o plano original possuía 206 avaliações e 6 consultorias concluídas ou em estágio final de conclusão, distribuídas conforme os cinco eixos do PPA abaixo:

212 Auditorias

Auditorias por eixo do PPA



As demais ações realizadas pela SFC estão relacionadas com apurações, supervisão técnica sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tomadas de contas especial, análise de atos de pessoal, relatórios de gestão fiscal, avaliações de novações de dívidas do fundo de compensação de variações salariais, elaboração da prestação de contas do presidente da república, auditoria de recursos externos e cooperação técnica internacional e análises de alertas do robô Alice.

Destacam-se nesse bloco as ações voltadas à apuração de atos inquinados de ilegais, englobando a realização de trabalhos em demandas externas, por exemplo, provenientes do Ministério Público, da Polícia Federal, de apuração de denúncias etc. Essas atividades têm características de imprevisibilidade e são realizadas na medida da necessidade, conforme a capacidade operacional disponível e a prioridade das ações.

6. Capacitação e gestão e melhoria da qualidade

Em convergência com o princípio de desenvolvimento profissional contínuo, a Instrução Normativa CGU n. 5/2021 estabeleceu, como requisito do Plano Anual de Auditoria Interna, a previsão de, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor interno, incluindo o responsável pela Unidade de Auditoria Interna.

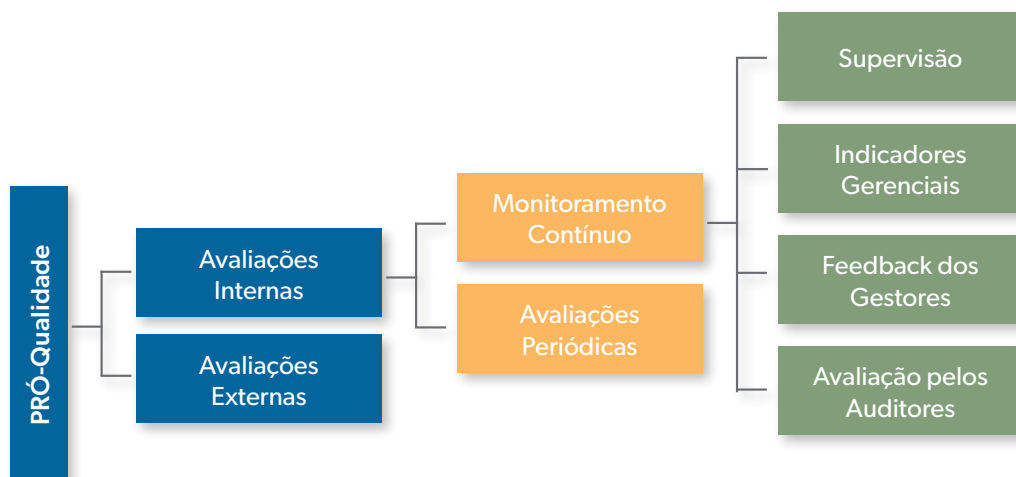
Para 2022, na SFC, havia a previsão mínima de 21.360 horas direcionadas a atividades de capacitação, considerando o quantitativo de 534 servidores lotados. No entanto, houve o registro de 63.777 horas de capacitação, com o atingimento de 64,04% da meta mínima individual. A extração das horas de capacitação em 2022 pode, em parte, ser justificada pela conclusão de duas ações de capacitação externas, o Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e a Especialização em Ciência de Dados aplicada a Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública. Além disso, houve o gozo de licenças capacitação individuais e a formação em serviço dos novos servidores públicos, os quais obtiveram 330 horas de capacitação por servidor.

Para 2023, desconsiderando a conclusão das ações de capacitação e considerando a continuidade da formação em serviço dos novos servidores (3 anos), a expectativa é que seja direcionada uma média de 50.000 horas para ações de capacitação.

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da CGU (PRO-Qualidade), atualizado pela Portaria SFC n. 363/2020, foi criado com o objetivo de estabelecer atividades, de caráter permanente, destinadas a avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da CGU. O programa é executado por meio de avaliações internas e externas de qualidade.

As avaliações previstas no programa foram estruturadas com base nos requisitos estabelecidos pelo Referencial Técnico e pelo Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovadas pelas IN SFC n. 3/2017 e 8/2017, respectivamente, compreendendo, essencialmente, as seguintes atividades:

ESTRUTURA DO PRO-QUALIDADE



As atividades de Monitoramento Contínuo são realizadas de forma difusa entre as unidades executoras de trabalhos de auditoria e, também, pelo Gabinete da SFC.

As avaliações internas de qualidade são operacionalizadas por meio de revisões anuais de trabalhos de auditoria, com base em amostra aleatória dos trabalhos de avaliação e de consultoria concluídos no exercício, em cada uma das coordenações-gerais de auditoria da SFC e Unidades Regionais da CGU. Além disso, são conduzidas a cada ano, de forma intercalada, ações de avaliação e de monitoramento de maturidade da atividade de auditoria interna com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público (IA-CM), desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA) e recomendado pela Comissão de Coordenação do Controle Interno, por meio da Deliberação CCCI n. 1/2019.

As avaliações externas de qualidade, por sua vez, são realizadas a cada cinco anos, com base no modelo IA-CM, sendo a última aplicada no exercício de 2022 e, portanto, não havendo alocação de horas de trabalho para essa atividade em 2023.

Para 2023, foram alocadas 6.700 horas para gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO